



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO N°: 0409/14	DATA: 23/04/2014	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 11h45min	TÉRMINO: 13h30min	PÁGINAS: 31

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

DANIEL HOMEM DE CARVALHO - ex-Presidente da Loteria do Estado do Rio de Janeiro — LOTERJ
MAGNHO JOSÉ - Presidente do Instituto Brasileiro Jogo Legal — IJL
TONINHO BOIADEIRO - Empresário
OLAVO SALES SILVEIRA - Presidente da Associação Brasileira de Bingos — ABRABIN

SUMÁRIO

Debate de temas relacionados diretamente com a regulamentação de jogos de aposta em dinheiro no Brasil.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve exibição de vídeo.
Há oradores não identificados em breve intervenção.
Houve intervenções ininteligíveis.
A reunião não se encerrou formalmente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, declaro abertos os trabalhos desta reunião de audiência pública destinada a debater temas relacionados diretamente com a regulamentação de jogos de aposta em dinheiro no Brasil, objeto dos Requerimentos nºs 598 e 629 de 2014, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, de autoria do Deputado Vanderlei Siraque.

Convido, então, para tomar assento à mesa, o Sr. Magnho José, Presidente do Instituto Brasileiro Jogo Legal — IJL, Consultor Técnico da Associação Brasileira de Loterias Estaduais — ABLE, jornalista especializado em loterias em apostas, editor do *site* BNLDData Notícias Sobre Loterias, Bingos, Caça-níqueis, Jogo do Bicho, Cassinos e Jôquei e da revista eletrônica *Boletim Nacional de Loterias*; e, ainda, o Sr. Daniel Homem de Carvalho, ex-Presidente da Loteria do Estado do Rio de Janeiro — LOTERJ e advogado especializado na área de jogos, entretenimento e loterias.

Eu gostaria de agradecer, em nome de todos os membros, a presença dos convidados que prontamente receberam e aceitaram o convite para comparecer e debater o tema nesta reunião.

Gostaríamos, ainda, de registrar a presença, nesta audiência, do Sr. Cícero Félix de Souza, Vereador do Município de Santo Inácio; do Sr. Olavo Sales, Presidente da Associação Brasileira de Bingos — ABRABIN; do Sr. Roberto Brasil Fernandes, advogado especialista em lotéricas e bingos; e o Sr. Sear Jasú, Consultor Jurídico da ABRABIN. Agradeço a presença de todos nesta audiência pública.

Esclarecimentos sobre o funcionamento da reunião. Antes de iniciar as exposições, eu gostaria de propor a este colegiado os procedimentos para o funcionamento da audiência pública, de forma a garantir o bom andamento dos trabalhos: o tempo reservado para cada convidado será de 20 minutos, prorrogáveis, não podendo ser aparteado. Encerrada a exposição, falará o Deputado autor do requerimento pelo prazo de 10 minutos. Encerrada a explanação, falarão os Líderes inscritos pelo prazo de 5 minutos, não sendo permitidos apartes, e cada Deputado inscrito para interpelações poderá fazê-lo por 3 minutos. O convidado terá igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica no mesmo prazo.



Vamos às exposições.

Passo, então, a palavra...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE - Pela ordem, Sr. Presidente.

Quero chamar para vir à mesa também, embora não esteja no requerimento oficial, o Sr. Toninho Boiadeiro, empresário do setor. Acho que é importante nós ouvirmos a fala dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não. Vamos chamar o Sr. Toninho Boiadeiro para vir à mesa. V.Sa. entra também no critério de convidados e fará a sua exposição, a pedido do autor, o Deputado Vanderlei Siraque.

Antes de passarmos a palavra para o Sr. Magnho José, nós queremos, Deputado Vanderlei Siraque, parabenizá-lo pelo pedido desta audiência pública, que trata de um tema que o País tem que discutir. Nós temos que amadurecer essa discussão. O Brasil não pode perder dividendos, perder arrecadação, de um setor que contribui muito já em países desenvolvidos. V.Exa. teve a coragem de trazer este tema para ser discutido nesta Casa.

Então, enquanto Presidente, fico feliz de estar aqui mediando esta audiência pública pedida por V.Exa. Depois de parabenizá-lo, quero dar prosseguimento à audiência pública, passando a palavra ao Sr. Magnho José, que tem até 20 minutos para fazer a sua explanação.

O SR. MAGNHO JOSÉ - Bom dia a todos!

Cumprimento o Presidente da Mesa, Deputado Hugo Motta; cumprimento também o Deputado Vanderlei Siraque e estendo o cumprimento aos Deputados presentes.

Agradeço mais uma vez a convocação desta audiência pública, porque trabalho com este tema há 20 anos, pesquiso este assunto há 20 anos, e ver este tema ser debatido nesta Casa importante, que formula a política e a proposta de legalização deste setor, é muito importante.

Trago informações, números e um estudo que nós estamos desenvolvendo, nos últimos 3 anos, que é exatamente o tamanho desse mercado e o que ele pode representar para o Estado e para a sociedade.

A gente tem uma apresentação, e não sei se fica fácil de as pessoas acompanharem os números.



(Segue-se exibição de imagens.)

O SR. MAGNHO JOSÉ - O Brasil, hoje, tem uma das legislações mais atrasadas e antiquadas na área de jogos, perante o mundo.

Hoje, nós temos o Decreto-Lei nº 3.688, de 1941, que é um decreto-lei de Vargas, que proíbe o jogo do bicho e outros jogos de azar. E temos um decreto-lei de Dutra, editado a pedido de D. Santinha, que proibiu os cassinos. Além disso, nós temos toda uma legislação de loteria.

Eu coloquei essas informações aí só para vocês perceberem como é antiga a legislação na área de jogos e loterias no País. A legislação mais jovem tem por volta de 46, 47 anos de idade. Então, a gente precisa debruçar sobre este tema, a gente precisa conversar sobre este tema; a gente precisa discutir este assunto, para podermos avançar e para que Estado e sociedade tirem proveito desta atividade.

Em termos de apostas legais, nós temos as loterias da União, que são administradas pela Caixa Econômica Federal. As 10 modalidades administradas, hoje, pela Caixa movimentaram no ano passado 11,4 bilhões de reais, sendo que as loterias da Caixa têm uma distorção, porque a premiação das loterias é muito baixa, ou seja, para cada real apostado apenas 32 centavos são revertidos para prêmios. Se você considerar o ponto de vista dessa arrecadação, nós temos aí uma aposta *per capita* de 57 reais e 45 centavos de cada brasileiro.

Quanto às apostas legais também, a gente tem as loterias estaduais. Por força do Decreto-Lei nº 2.004, de 1967, apenas 15 Estados estão autorizados a operar o serviço de loteria. Por que isso? Porque esse Decreto estabeleceu que as loterias criadas antes de 1967 podem operar alguma modalidade. E as loterias criadas depois foram consideradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal. Atualmente, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pará, Paraíba e Ceará operam os serviços de loteria. A estimativa de venda de 2013 dessas loterias reunidas foi de 400 milhões de reais.

Ainda dentro das apostas legais, nós temos os jôqueis clubes. Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul operam os seus hipódromos com apostas. E, tanto no hipódromo, como nas suas agências, há uma parceria com a Codere, que vende *simulcasting* internacional. Ou seja, as corridas do Brasil podem ser apostadas fora do Brasil, e os brasileiros podem apostar nas corridas dos



hipódromos de outros países. Essa atividade movimentava algo em torno de 300 milhões de reais por ano.

Então, os nossos cálculos de apostas legais no Brasil estão em torno de 12,1 bilhões de reais. No ano passado, esse foi o movimento das nossas apostas legalizadas.

Então, agora, vamos às apostas ilegais. Nós fomos a campo para poder fazer algumas pesquisas. Nós temos uma equipe, que passou a trabalhar com registros de ocorrência das delegacias, com relatórios anuais de apreensões das Secretarias de Segurança de cada Estado, com notícias de jornais sobre apreensões, prisões e fechamento de pontos de bicho, e com pesquisa de campo junto com operadores legais e operadores ilegais. Ou seja, fomos até esses operadores e perguntamos para eles qual era o movimento; e depois, fomos checar esses movimentos nos respectivos pontos.

Bom, chegamos aos seguintes números: o jogo do bicho, que tem 122 anos de operação e 73 anos de ilegalidade, continua vivo. O jogo do bicho não vai acabar. A legislação proibitiva não alterou o cenário do jogo do bicho. O Rio de Janeiro tem uma operação que gera anualmente algo em torno de 1,5 bilhão; São Paulo, 4,5 bilhões; Minas, 1,4 bilhão; Pernambuco, em torno de 1 bilhão. Ou seja, são Estados fortes nessa operação do jogo do bicho.

A Caixa Econômica, só para vocês terem um parâmetro entre a atividade legal e a atividade não legalizada, tem 12.600 lotéricas, algo em torno de 23 mil terminais lotéricos. As lotéricas da Caixa empregam em torno de 40 mil a 42 mil pessoas. O jogo do bicho tem em média um volume de apostas de 20 milhões de pessoas diariamente, é 10% da população do País. O jogo do bicho emprega algo em torno de 350 mil a 400 mil pessoas. O jogo do bicho vive no imaginário das pessoas. E por que a população gosta do jogo do bicho? Por causa de uma diferença gritante: o jogo do bicho tem uma premiação de 60%, contra os 32,27 dos jogos da Caixa. Ou seja, para cada real apostado, você vai ter 60 centavos em prêmios. Por isso é que existe esta atratividade toda no jogo do bicho. Não é uma questão nem das benesses que foram geradas, nem da legitimidade social que foi gerada em torno do jogo do bicho. A questão do jogo do bicho é simplesmente uma questão de estratégia. O apostador sabe onde ele vai ter uma rentabilidade melhor.



As máquinas de caça-níqueis que hoje coabitam as padarias e os bares das principais cidades do País: nós fomos a campo e perguntamos quantas máquinas têm na rua. A nossa estimativa é a de que hoje existam no Brasil 220 mil máquinas de caça-níqueis na rua, operando 24 horas por dia. A Argentina tem 70 mil máquinas legalizadas dentro de ambientes fechados. O Peru — eu acabei de participar de um congresso em Mar Del Plata com presidentes de jogos do Peru — tem 74 mil máquinas legalizadas dentro de ambientes fechados. Aqui nós temos 220 mil máquinas na rua, cada uma jogando, em média, 40 reais por dia. Isso gera, anualmente, algo em torno de 3,6 bilhões de reais, se você fizer o cálculo de 220 mil máquinas a 40 reais por dia.

Bingos: nós temos hoje no Brasil em torno de 300 bingos operando na ilegalidade, na clandestinidade. Em alguns casos, esses bingos são itinerantes. Eles ficam uma semana numa casa, ficam uma semana numa loja e, na semana seguinte, eles mudam de endereço. É o que a gente chama de bingo itinerante. Se você considerar que cada bingo desses faz 60 rodadas por dia a 2 reais cada rodada, nós vamos chegar ao cálculo final de 1,3 bilhão de reais. Além disso, nós temos a questão das apostas pela Internet. Hoje é possível você jogar bingo, vídeo bingo, cassino, apostas esportivas e o pôquer, que está meio fora deste contexto, porque o pôquer é reconhecido como jogo da mente. Mas este é um mercado que gera algo em torno de 2 bilhões por ano.

Feito isso, a gente chega à seguinte conclusão: a estimativa pessimista é a de que as apostas ilegais hoje no Brasil gerem 18,9 bilhões de reais por ano, algo em torno de 19 bilhões; enquanto as apostas legais giram em torno de 12,1 bilhões de reais. Somadas as duas, as apostas legais com as apostas ilegais, nós vamos chegar ao número de 31 bilhões de reais. O nosso mercado é muito maior — o mercado do Brasil pode ser bem maior. Daqui a pouco, eu vou falar sobre isso. Essas apostas legais com as apostas ilegais geram uma aposta *per capita* de 156 reais, ou 67 dólares. Comparado com Espanha, Argentina, Portugal e Panamá, só ganhamos do Chile. Ou seja, são países que tiveram seus jogos legalizados e souberam explorar essa atividade.

Nós fizemos um levantamento, a partir de notícia de jornal, do trinômio: criminalizações, prisões e penas, e chegamos à seguinte conclusão — daqui a



pouco eu vou mostrar a planilha para os senhores —: são 463 bingos fechados ano passado; 21.211 máquinas de caça-níqueis apreendidas pelos órgãos coatores; 1.138 pontos de jogo do bicho fechados; 4.752 prisões entre apostadores e operadores ilegais; 5 mil máquinas de caça-níqueis incendiadas em um galpão no Rio; 9 fábricas de máquinas de caça-níqueis fechadas no Rio, São Paulo e Rio Grande do Sul; e 2 mil máquinas de caça-níqueis destruídas no Rio Grande do Sul.

Peço agora atenção para a próxima tela. Esta tela mostra por Estado como foi o comportamento das apreensões de bingos, caça-níqueis e jogo do bicho. E aqui temos alguns detalhes importantíssimos. Exemplos: Goiás, 1.054 máquinas de caça-níqueis apreendidas. O Estado que mais combate o jogo do bicho é Minas Gerais com 399 pontos de jogo do bicho fechados. Na Bahia, foram 240 máquinas apreendidas.

E vocês vão perceber — próxima tela, por favor — que existem alguns Estados que têm um nível de tolerância maior. Exemplo: Pernambuco. Nenhum ponto de jogo do bicho foi fechado, e por quê? Porque era legalizado até 2 anos atrás. Aí, a sociedade acaba tendo uma relação diferente com o jogo do bicho. Pernambuco teve muito máquina apreendida: 3.738 máquinas. No Rio de Janeiro, que tem a tradição do jogo do bicho, apenas 118 pontos de jogo do bicho foram fechados, e 1.800 máquinas foram apreendidas. No caso do Rio Grande do Sul, há uma operação forte de caça-níqueis: 1.217 máquinas foram apreendidas. Agora, a questão do Estado campeão, que é São Paulo: 149 bingos fechados no ano passado, 10.280 máquinas apreendidas e 39 pontos de jogo do bicho fechados. Esse foi o levantamento que nós fizemos, a partir de notícias de jornal de todo o País, para poder comprovar a necessidade de que precisamos repensar o nosso modelo de criminalização dessa atividade.

Eu vou mostrar agora, nas duas próximas telas, a questão dos jogos legalizados ao redor do mundo. Esse é o mapa do jogo legalizado ao redor do mundo: onde está verde, o jogo é legalizado; onde está cinza, o jogo não é legalizado.

As loterias vinculadas à WLA — World Lottery Association, no ano de 2011, movimentaram algo em torno de 339,8 bilhões. Podem notar também que alguns países que estão em cinza são países islâmicos e, por uma questão religiosa, eles



não legalizam o jogo. Ou seja, o Brasil está ficando cada vez mais isolado — existem dois países islâmicos onde há jogo. O Daniel está me chamando a atenção aqui, daqui a pouco, falo sobre isso.

Bom, o Brasil está à frente de importantes organizações. Entre 156 países que compõem a Organização Mundial do Turismo, 71,16% têm jogo legalizado. Mas vale ressaltar que entre os 28,84%, ou seja, 45 países que não legalizaram a atividade, 75% são islâmicos. Entre os países que compõem o G-20, 93% das nações têm jogos legalizados em seus territórios; 6,97, ou seja, 7% que não permitem, correspondem apenas a três países: Brasil, Arábia Saudita e Indonésia, sendo que Arábia Saudita e Indonésia são países islâmicos. Entre os 193 países membros da ONU, 75,52% têm jogo legalizado, sendo que o Brasil está entre os 24,48% que não legalizaram essa atividade; e entre os países mais ricos do mundo, que formam a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico — OCDE, apenas a Islândia não tem jogo legalizado. Ou seja, nós estamos num caminho diferente.

O que pensa a sociedade sobre a legalização? Nós temos duas pesquisas feitas, as mais atuais, e uma delas é do Datasenado, em que foram ouvidas, por telefone, durante o processo de produção do novo Código Penal, 1.232 pessoas, em 119 Municípios, incluindo todas as capitais. A pergunta foi a seguinte: “*O jogo do bicho deve ser legalizado?*” Cinquenta por cento discordaram; 48% concordaram; 2% não souberam, ou não responderam; e 3%, a margem de erro dessa pesquisa.

E quem mais concorda com a legalização do jogo do bicho? Quem tem mais idade: 58% são pessoas entre 50 e 60 anos, e 53% são acima de 60 anos; o pessoal que tem maior escolaridade: 53% têm nível superior; e o pessoal que tem a melhor renda: 60% dos entrevistados, com família entre cinco a dez salários mínimos, e 64% das pessoas que ganham acima de dez salários mínimos.

O curioso nessa pesquisa — não sei se vai dar para observar, não sei se vai dar para ler — é a divisão regional da pesquisa. Quando se coloca por região, a região em que mais se concorda com a legalização do jogo do bicho é a Região Sul, com 54%; e a região, que menos concorda, é a Região Centro-Oeste. E aí entram dois fatores curiosos: o Comendador Arcanjo e o Carlinho Cachoeira. Por quê? Por causa da percepção do jogo ilegal que aparece nessa pesquisa do Datasenado.



Em 2012, nós contratamos uma pesquisa junto ao IBOPE e fizemos a mesma pergunta na cidade do Rio de Janeiro: “*Você é a favor da legalização do jogo do bicho?*” Sessenta por cento das pessoas concordaram; 32% das pessoas discordaram; e 8% não souberam responder, ou não responderam; e 3% foi a margem de erro. Na cidade do Rio de Janeiro, no Município do Rio de Janeiro, o índice de apoio salta para 67%.

Na mesma pesquisa, nós perguntamos se as pessoas eram a favor da legalização dos bingos. Cinquenta e sete por cento concordaram; 35% discordaram; 7% não souberam, ou não responderam; e 3% foi a margem de erro dessa pesquisa.

Bom, a próxima tela, sobre a qual eu vou falar um pouco, é sobre um estudo da ABRABIN. Nós fizemos uma adaptação, para trazer para vocês, para os senhores e para as senhoras, um dado interessante: o tamanho do mercado de jogo no Brasil é de 45 bilhões de reais — e estou falando do mercado bruto, não descontadas as apostas, os prêmios. É totalmente factível esse número, porque, normalmente, no mundo, a média mundial, o faturamento do jogo, o tamanho do mercado do jogo é equivalente a 1% do PIB, e o PIB brasileiro está em 4,7%. Somente em países que têm cultura forte de jogo, como Itália e Espanha, é que esse percentual fica acima de 1,5%. Portanto, o Brasil pode arrecadar com jogo algo em torno de 15 milhões de reais por ano em tributos. E por que essa conta? A média mundial da tributação — eu não sei qual a tributação que o Parlamento vai dar ao jogo —, temos que deixar claro, gira em torno de 30%. Por isso, eu cheguei a esse cálculo.

Mas, caso se considere o mercado atual, o mercado da ilegalidade, o mercado que não está à luz do dia, se pegássemos hoje os 19 bilhões, de que falei anteriormente, nós chegaríamos a uma conta em torno de 5,9 bilhões, algo próximo a 6 bilhões de reais. E, se a gente tiver apenas bingos e videobingos legalizados, que é um estudo da ABRABIN, nós estamos falando em 9,7 milhões de reais, considerando que são 500 bingos, com 350 cadeiras e 175 máquinas. Em qualquer situação apresentada, o imposto é maior do que o do fumo, o da bebida, o do automóvel e o da CIDE do combustível. Por isso, eu acho importante que a gente faça uma reflexão. A gente não está pedindo para criar o jogo no Brasil, porque aqui



ele já existe, o que o Instituto Brasileiro Jogo Legal está pedindo é que o jogo seja regulamentado e que Estado e a sociedade passem a arrecadar nesse setor.

Existe outra preocupação que é a questão de o Senado estar apreciando agora o novo Código Penal. O novo Código Penal está prevendo a criminalização do jogo de azar. Eu quero fazer um alerta, porque eu acho muito perigosa essa criminalização dos jogos de azar no Brasil. O jogo de azar hoje é contravenção. A hora em que se criminalizar o jogo de azar, a gente corre o sério risco de ver essa atividade migrar para estruturas verdadeiramente criminosas: milícias, máfias internacionais, porque 9 bilhões de dólares é dinheiro em qualquer lugar do mundo. Eu acho que a gente tem que fazer uma reflexão nesse sentido.

Eu participei de um congresso, há 4 semanas, em Mar del Plata, cujo assunto era o jogo legal, o crescimento do jogo ilegal em alguns países da América Latina, onde o Brasil foi destaque exatamente, porque as pessoas lá fora não entendem por que o Brasil, que tem um potencial de mercado tão grande, trata a questão do jogo de azar com tabu, ou com estigmatização, dentro de uma cesta de outros problemas, de outras mazelas. Com o Presidente da Comissão de Jogos do Peru eu participei de um painel, e ele usou este sete mandamentos para resolver o problema do jogo ilegal no Peru. Em quatro anos, ele resolveu a questão do jogo ilegal lá: 1) regular, antes de prender; 2) a proibição leva ao jogo clandestino; 3) o jogo clandestino leva à corrupção; 4) o jogo é atividade sensível que requer transparência; 5) a política de portas abertas com os operadores; 6) não se pode regular fora da realidade — por que ele diz isso? Quando se regula fora da realidade, o jogo ilegal continua funcionando; 7) publicação prévia das normas para críticas e comentários.

Portanto, essa era a minha reflexão que eu gostaria de trazer para os senhores e para as senhoras. Aqui são números, e números não mentem, números não se emocionam. E vale uma reflexão: eu acho que esse dinheiro que está indo para o bolso de outra pessoa poderia estar sendo aplicado nos projetos sociais do Governo e revertido para a sociedade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Siraque) - Bom, agora, passo a palavra para o Sr. Daniel Homem de Carvalho, ex-Presidente da LOTERJ, do Rio de Janeiro, que fará a sua apresentação.

O SR. DANIEL HOMEM DE CARVALHO - Bom dia.

Eu queria cumprimentar o Deputado Hugo Motta, Presidente desta Comissão, que teve que se retirar; o Deputado Vanderlei Siraque, pela coragem de trazer um tema tão sensível para esta Casa do povo; quero fazer uma referência especial ao Deputado Edson Santos, meu companheiro do movimento estudantil — e já se vão muitos anos! Eu não vou dizer quantos, Edson, para respeitar a nossa idade e os meus cabelos brancos —; e ao Deputado Stepan Nercessian, que eu conheci como advogado do Sindicato dos Artistas. Ele era o Presidente, e, como artista, sensível às questões atinentes à sensibilidade, como a questão que nós estamos tratando aqui hoje.

Então, é uma honra muito grande estar falando na Casa do povo; na Casa que o representa e que deve, portanto, ter e tratar esse tema da forma como deve ser tratado por uma Casa do povo, por representantes da população. Então, primeiro, meus cumprimentos e minha honra imensa de estar aqui falando perante todos os senhores.

Eu quero dizer que aqui, Stepan, parafraseando o nosso Martinho da Vila, eu não sou só ex-Presidente da LOTERJ, nem advogado, eu também falo como jogador. A minha casa é casa de bamba, como diria Martinho da Vila; eu nasci numa casa de classe média, em Botafogo, e meu avô, todas as sextas-feiras, fazia um pôquer em sua casa, onde recebia os amigos. Então, para mim, essa coisa do jogo tem uma coisa lúdica de reunir amigos. Ou seja, para mim, isso não é alguma coisa temível, alguma coisa que deva receber dos poderes públicos o tratamento repressivo ou reprovável que, muitas vezes, a gente percebe que recebe.

Quero fazer uma referência a esta Casa. Eu me lembro de que, quando fui nomeado Presidente da Loteria, havia um Deputado na Casa, primo-irmão do meu pai — eu não sei se o Roberto Brasil está aqui —, que tinha sido Governador de Santa Catarina, tinha sido Senador, tinha sido Vice-Relator da Constituinte, o Deputado Konder Reis. Hoje, ele já está aposentado e mora no interior de Santa Catarina. Na época, como primo, como parente, eu vim me aconselhar com ele, que



me disse, Deputado Siraque, no linguajar da época, o que o senhor falou ontem, na entrevista ao BNL — Boletim Novidades Lotéricas: *“Daniel, é preciso fazer uma consolidação da legislação do jogo no Brasil”*. O Magnho mostrou muito bem aqui: toda a legislação que regulava loterias e jogos no Brasil dizia que jogo era serviço público; de repente, vem uma lei que diz que não pode haver casino e outra que diz não pode haver máquina. Ou seja, nós não temos uma sistemática.

Na primeira aula de Introdução a Direito, eu digo aos meus alunos: *“Direito é um sistema”*. Não é isso, Dr. Franco? Direito é um sistema, tem que ser entendido de forma orgânica, sistemática, ou seja, no Direito Penal, no Direito Civil, no Direito Comercial, o mesmo conceito tem que significar o mesmo fenômeno da vida. Então, se eu digo que jogo é serviço público no Direito Administrativo, eu não posso dizer que ele é crime ou contravenção penal no Direito Penal.

Precisamos daquilo que o Deputado Siraque ontem afirmou, quando se falava em consolidação das leis, um marco regulatório para o sistema de apostas. Tudo que significa apostar dinheiro, seja na Internet, seja fisicamente, deve ser feito por um sistema que possa ser interpretado de forma lógica e sistemática, que o intérprete, o julgador possa entender. Obviamente, esta Casa faz leis para que, quando o caso concreto ocorra, o julgador, o intérprete da norma aplique-a de forma razoável.

Com todo o respeito à Casa Suprema da Justiça, vamos dizer assim, a Súmula Vinculante nº 2 diz que consórcios e sorteios são o mesmo que jogos. Ela disse que só poderiam ser legislados e interpretou de forma não sistemática, não lógica. Por quê? Porque nós temos um cipoal de leis na área de jogos, apostas, loterias e sorteios, que é caótico e precisa, sim, de iniciativas como a do Deputado Siraque, para se fazer um marco regulatório.

Vamos reunir tudo que existe, pegar Magnho, que é o sujeito que tem mais informação sobre jogo no Brasil, e dizer: *“Vem cá, Magnho, o que nós temos de fenômenos da natureza de apostas, jogos, loterias, sorteios, etc.?”* Está aqui o Paulo Maciel, que foi Presidente de dois bingos no tempo em que o bingo era legal. O bingo dele era um exemplo, o Bingo Tijuca, um dos clubes mais tradicionais do Rio de Janeiro. Ele sabe como funciona, sabe que pode ser feito com honestidade, com competência, com controle.



Então, é necessário sim, Deputado Siraque, que se faça um sistema de jogos, para que a sociedade veja como funciona, para que os poderes públicos tratem de cobrar o imposto devido e para que o consumidor tenha respeitada a sua diversão, o seu lazer.

Quando a gente fala em liberdade, e está lá no art. 5º da Constituição, sobretudo nas questões que dizem respeito a aproximações de natureza moral, como a questão do jogo, nós sempre temos que tratar com muito cuidado, para não adotarmos uma visão moral do mundo, uma visão pessoal, que deve estar entregue ao tribunal da nossa consciência, e obrigar a sociedade como um todo.

Se eu sou contra o jogo, eu não jogo, eu não entro numa casa de apostas, eu não entro num *site* para jogar pôquer. Se eu acho que isso fere a minha estrutura como ser humano, como fenômeno, eu não vou entrar, porque eu sei que aquilo vai me levar a um descontrole. Existe, obviamente, esse descontrole, existe o fenômeno de a pessoa psicologicamente não estar preparada para interagir com esse tipo de lazer.

Se nós olharmos os *sites* internacionais de controle do jogo descontrolado, o próprio mercado tem formas de controlar, de evitar aquele cidadão que joga além do que deve, que bota ali o aluguel, que bota o colégio de seus filhos na mesa de apostas. Ele vai ser retirado daquele programa, ele vai ser proibido de entrar num cassino, ele vai ser proibido de entrar num *site* de apostas. Isso é possível.

Também é possível controlar o que se paga de imposto. Hoje, com a Internet, com o sistema de controle eletrônico, tudo é possível em termos de legalidade, de decência, de honestidade e de transparência. É um pouco isso que a gente tem que defender quando se fala num sistema, num marco regulatório de jogos no Brasil.

Então, eu dizia que, hoje, por essa desordenação do sistema de jogos, nós temos leis contraditórias. Se nós olharmos, por exemplo, os “considerando” do decreto-lei atribuído à D. Santinha, que proibia os cassinos no Brasil, nós vamos ver coisas que, para os dias de hoje, são risíveis. De acordo com postulado universal da moralidade ou dos costumes, você é obrigado, então, a proibir os casinos. Da noite para o dia, houve milhares de pessoas nas ruas, investidores que perderam fortunas. Digo da noite para o dia porque não havia indenização e os investimentos ali colocados foram perdidos naquele momento. Obviamente, o sistema



administrativo era outro, então, não houve possibilidade de retomada dos investimentos que foram feitos com autorização do poder público.

Eu estava num debate sobre essa questão, e uma professora de História fez menção àquele decreto: não foi apenas uma visão católica, religiosa da questão do jogo; havia uma vingança política. Ela tem uma tese de mestrado sobre isso, sobre a qual eu não vou entrar em detalhes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Siraque) - Quem é?

O SR. DANIEL HOMEM DE CARVALHO - Eu não lembro o nome da professora, mas...

(Não identificado) - Valéria Guimarães.

O SR. DANIEL HOMEM DE CARVALHO - Valéria Guimarães.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Siraque) - A Valéria ficou de vir.

O SR. DANIEL HOMEM DE CARVALHO - Ela foi convidada, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Siraque) - Ela está grávida, e sua gravidez é de risco.

O SR. DANIEL HOMEM DE CARVALHO - A tese dela é a seguinte: na verdade, atribuíam-se ao irmão de um ex-Presidente a propriedade de vários cassinos do Rio de Janeiro, Cassino da Urca e tal, sócio do lendário Rolla, e, portanto, para se fazer uma covardia, uma vingança, uma vendeta política contra a família desse ex-Presidente, cassaram-se os cassinos, usando, obviamente, a justificativa religiosa.

Outro fenômeno importante, sem o qual nós não vivemos — eu estava, aqui, vendo o Magnho falar e consultando o computador —, é o *e-game*, o jogo pela Internet. Originalmente, os provedores estavam localizados, e com boa regulação, em paraísos fiscais. Hoje, por exemplo, você tem uma boa regulação de *e-game* na Espanha, você tem uma boa regulação na França. A boa regulação que eu digo é a que controla a aposta, que controla o recolhimento de tributos e que respeita o jogador e dá transparência a ele. Então, são experiências que nós deveríamos procurar e buscar fazer.

No nosso sistema jurídico, do ponto de vista cível, que a jurisprudência acata, nós temos três tipos de jogos. Há os jogos proibidos, que estão no art. 50 e seguintes da Lei das Contravenções: apostas esportivas; corridas de cavalo fora de



hipódromo, que, hoje, nem vemos nos hipódromos, porque estão em decadência; e o jogo do bicho. É o art. 50 da Lei das Contravenções Penais. Temos os jogos tolerados. Quais são eles? Os que não têm regulação. Por exemplo, nós temos o fenômeno dos jogos de habilidade, ou esportes da mente, segundo a classificação da Associação Internacional de Esportes da Mente, uma espécie de COI do esporte da mente. São eles: pôquer; xadrez; *go*, um jogo chinês, o mais jogado no mundo inteiro — 500 milhões de jogadores —, de que eu só ouvi falar outro dia —; bridge; e mais um. São cinco esportes da mente.

Qual é a definição clássica de jogo de azar? Aquele que depende exclusiva ou preponderantemente da sorte. Tanto pôquer — o Deputado Stepan Nercessian sabe — quanto xadrez, dama e bridge — para sinuca e gamão, tem que pedir inscrição como jogo de habilidade — são jogos que dependem da habilidade do jogador, tanto que os melhores ganham. Se você sentar a uma mesa de gamão, de xadrez, de pôquer, o melhor vai ganhar sempre a médio prazo. Mas estes jogos são jogados na Internet: xadrez, dama, pôquer. Pôquer, muito! Virou um fenômeno da juventude, com torneios ao vivo, pela Internet, girando alguns milhões de dólares.

A corrida de cavalos depende da habilidade do cavalo. Meu avô dizia: *“Meu filho, cuidado com cavalos lentos e mulheres rápidas. Você tome cuidado, porque é sempre um risco para sua vida”*. (Risos.) Eu tenho procurado ao máximo seguir os conselhos do meu avô, que era um turfista tradicional, com quem aprendi a gostar de cavalo de corrida.

Portanto, repito, represento aqui também o setor do lado de lá da banca, o jogador. Gosto também da atividade, vejo como coisa lúdica e civilizada. Nunca me fez mal à saúde, nem à saúde financeira, nem à saúde psíquica.

O Brasil é visto como uma figura que ninguém compreende. Os americanos são muito práticos. Quem leu *A Democracia na América*, de Alexis de Tocqueville? Ele era um aristocrata francês, pós-Revolução Francesa, um curioso, que pegou seu navio, foi morar 6 meses nos Estados Unidos e explicou os Estados Unidos de maneira brilhante. Até hoje, a Embaixada americana republica *A Democracia na América*, escrito no século XIX, que fala do senso prático dos americanos.

Quem lembra como a América foi colonizada? Foi colonizada pelos cristãos radicais. Eles eram contra o liberalismo do protestantismo da Inglaterra. Pegaram o



Mayflower, um navio, e fundaram a Nova Inglaterra com pressupostos religiosos mais radicais, mais profundos, e lá é a pátria do jogo. Lá, nós temos regulação dos jogos em Nevada, Atlantic City. Se o senhor olhar o mapa da regulação do jogo, em quase todos os Estados americanos, algum tipo de jogo é legalizado, embora eles tenham uma tradição religiosa profunda. Por quê? Porque eles veem que é uma arrecadação para educação, cultura.

Estive agora na Irlanda, outro país catoliquíssimo, num monastério dedicado a São Patrício, seu Santo Padroeiro. Estou lá olhando a capela e leio uma placa: *“Este santuário é mantido pela loteria nacional da Irlanda”*. O que nós estamos fazendo aqui?

Eu dizia, o mundo inteiro olha para o Brasil e se pergunta: *“O que esses caras estão pensando da vida?”* Um mercado de 200 milhões de pessoas jogando clandestinamente — obviamente, a gente não está na Casa do Povo para mentir para as pessoas —, como Magno muito bem expôs, e as questões sociais necessitando de suporte — saúde, educação, cultura, esportes —, mas podendo ser subvencionadas de forma transparente, decente, honesta, com controle sobre o jogo exagerado.

Em novembro, no Rio de Janeiro, houve um congresso que recebeu representantes dos investidores, sujeitos do FBI e da INTERPOL. Veio gente do mundo inteiro discutir controle. Não há como, Deputado Vanderlei Siraque, ter qualquer indústria sem uma empresa privada pujante. O empreendimento, as novas tecnologias de controle de jogo, viciados e recolhimento de apostas, a transparência têm sido feitos graças a pesquisas feitas pelo empreendedor privado também.

Eu não estou aqui fazendo nenhuma crítica à Caixa Econômica. Tem algum representante de empresa privada aqui? A Caixa Econômica tem um papel importantíssimo, e deve continuar tendo, mas precisamos permitir, no mínimo, uma concorrência, para que possamos perceber como é gerido o jogo privado pela empresa privada, sempre fiscalizado e regulamentado pelo poder público, e o que é gerido pelo poder público. Precisamos permitir no mínimo uma concorrência, para que possamos perceber de que maneira esses jogos são... O jogador sabe: aquele ali paga mais. É o chamado *“payout”*. Dos cem que eu aposto, eu sei quanto o bingo



me dá de volta. Eu sei quanto a Mega-Sena me devolve. Eu não vou falar porque é feio e porque é muito pouco. Mas eu sei quanto cada jogo, cada loteria me devolve.

É diferente, por exemplo, do pôquer: cada um paga uma inscrição e a casa fica com um pedaço. Mas a inscrição é que é o prêmio, eu já sei quanto é o prêmio de antemão.

O *payout* é fundamental para que o jogador se estimule. Muitas vezes você tira um pedacinho daqui e dali para doar para uma ou outra instituição, quando vê, desestimula o jogador e, na ponta final, perde arrecadação. Então, esse é um cuidado também que se tem que ter.

Meu tempo está acabando. Eu estou falando além do que devia. De antemão, peço desculpas aos senhores.

Eu agradeço a oportunidade, Deputado Siraque, e só para concluir digo o seguinte: nós estamos exportando dinheiro. Quem olha a fronteira do Brasil, Pedro Juan Caballero, Foz do Iguaçu? Agora, fizeram um casino na fronteira com o Uruguai — nós que somos gaúchos —, em Rivera. Dizem que é lindo. Ninguém faz um casino na fronteira do Brasil para o uruguaio jogar, para o argentino jogar, para o paraguaio jogar. Obviamente, nosso dinheiro está indo para lá. Nós temos que acabar com essa sangria de dinheiro. Não é pouco, não! Dá para ajudar na educação, cultura, esportes.

Com isso, eu termino me penitenciando por ter ultrapassado o tempo e reafirmando a honra imensa de estar na Casa do Povo tentando dividir com os senhores as minhas perplexidades.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Siraque) - Nós agradecemos ao Sr. Daniel Homem de Carvalho.

Convidamos o Sr. Olavo Sales Silveira, Presidente da Associação Brasileira de Bingos — ABRABIN.

Vamos passar a palavra ao Sr. Toninho Boiadeiro, empresário do bingo, que tem uma visão mais prática. O senhor vai fazer alguma apresentação? (*Pausa.*)

O senhor dispõe de 10 minutos.

O SR. TONINHO BOIADEIRO - Em primeiro lugar, eu quero agradecer a oportunidade.



Eu quero agradecer também a presença a todos, a iniciativa ao Deputado Vanderlei Siraque, e também a uma pessoa que não pode estar aqui presente hoje, Luís Carlos Prestes, que, infelizmente, fez uma operação. A gente está meio chateado porque ele não está muito bem de saúde. Ele nos faz uma falta grande.

Eu costumo dizer o seguinte: nós somos funcionários do Governo sem nenhuma remuneração. Brasília é cenário de muitas e muitas discussões. Aqui sempre se discute para o Governo ceder milhões e milhões de reais para o movimento dos sem-terra, para o movimento da agricultura ou para qualquer outro. É a primeira vez que eu vejo movimento de trabalhadores e empresários informais do nosso Brasil vir humildemente ao Congresso Nacional pedir: *“Pelo amor de Deus nos legalize! Nossa rentabilidade será convertida em saúde, educação, esporte”*. Enfim, nada mais, nada menos, nos primeiros anos, a arrecadação será de quase 30 bilhões de reais. É muito dinheiro!

Existe uma coisa: nenhum empresário que trabalha nesse segmento no Brasil ou no jogo do bicho, que hoje era para estar representando aqui. Mas esse pessoal se sente acorrentado, e ele está por trás de coisas boas e maravilhosas: escola de samba, time de futebol do bairro, pessoa doente, várias entidades. Esse pessoal batalha, trabalha, ajuda. A gente precisa que todos os Deputados e Senadores prestem bastante atenção nisso.

Por exemplo, vamos ter a Copa do Mundo. Foram investidos milhões e milhões de reais para que aconteça no Brasil. Vamos ter milhares e milhares de estrangeiros. Só que essas pessoas vêm e vão, e depois o povo brasileiro vai gastar o dinheiro do nosso País com jogos e diversões lá fora.

A gente tem o Nordeste, dado pela própria natureza, com grandes praias. É um Brasil imenso, um continente, que poderia agregar no turismo povo do mundo inteiro. O volume de pessoas que vêm para a Copa do Mundo para ficar 2 meses poderia se estender por 1 ano. Isso iria resultar em impostos, que iriam melhorar as regiões nordestinas. Quando falta chuva, quando falta qualquer coisa no Nordeste, é o suficiente para o povo se sentir mal, desprotegido, por causa da seca. Nós temos lá recursos naturais, dados por Deus, grandes praias, onde poderiam ser construídos grandes bingos, vídeo bingos ou, no futuro, grandes cassinos, e ajudar a resolver a situação do nosso Brasil e do nosso povo.



Eu não vou me estender muito, porque esta é uma primeira audiência. Eu tenho certeza de que todos os Deputados — a iniciativa é do Deputado Vanderlei Siraque — e as pessoas do segmento que estão aqui hoje vão refletir sobre este assunto com amor e carinho para que a gente possa elevar tudo isto não para favorecer bicheiro, cassino, dono de bingo ou vídeo bingo, mas para favorecer o povo brasileiro, porque esta é a Casa do Povo, a Casa dos Deputados, por quem a gente tem respeito muito grande. São eles que criam as leis, e que tiveram 40, 60, 100, 200, 500 mil votos. Tem Deputado com 1 milhão de votos. O povo brasileiro precisa de um único voto para poder gerar emprego na fábrica de noteiro, de gabinete, de botão, gerar emprego no setor hoteleiro e no setor industrial nos quatro cantos do nosso querido Brasil.

Muito obrigado.

Que Deus abençoe todos. Vamos continuar juntos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Siraque) - Obrigado, Toninho Boiadeiro.

Para fazer sua apresentação, concedo a palavra ao Sr. Olavo Sales Silveira, Presidente da Associação Brasileira dos Bingos — ABRABIN.

O SR. OLAVO SALES SILVEIRA - Deputado Vanderlei Siraque, demais Deputados e pessoas presentes, a ABRABIN desenvolveu um trabalho em que, dentre todas as modalidades de jogos, buscou reunir elementos de análise para formação de opinião de autoridades, jornalistas e público em geral sobre jogos. E ela finaliza com uma apresentação no sentido de avaliar diversas posições que nós encontramos no decorrer de 12 anos da atividade no Brasil.

Nós encontramos posições francamente favoráveis à regulamentação, assim como posições que colocam óbices à atividade. Nós buscamos levantar esses fatos e, num trabalho com números, com realidade, procuramos trazer esse conjunto de informações para que pudessem servir de base para análise e avaliação.

Parece-me que nós estamos com um problema: o sistema não está conseguindo ler o trabalho nos *pen drives* que eu trouxe e eu não estou conseguindo fazer com que meu computador projete em tela. Então, fica um tanto prejudicada a apresentação de dados, números e estatísticas. Eu os tenho impressos e vou deixá-los com a Mesa, para que façam parte, digamos, deste



momento histórico em que o Deputado Vanderlei Siraque, corajosamente, traz um tema que envolve alguma polêmica.

Em momento muito oportuno, quando se discute se o caminho correto para o tratamento da maconha é legalizar ou manter a proibição, que não se sustenta, eu acredito que muito antes disso nós temos que analisar a atividade dos jogos.

Nós temos a noção de que o jogo é proibido no Brasil. A colocação não é exatamente essa. São proibidos aqueles que a iniciativa privada, normalmente em qualquer país, executa. Os jogos que, pela sua natureza, pelo seu histórico, em diversos países, são executados por entes de governo estão presentes. Nós temos as loterias, as mega-senas, as loterias estaduais operando jogos. O que nós não temos? Nós não temos os jogos chamados de lazer e entretenimento. Nós temos dois tipos de jogos: os jogos lotéricos e os chamados jogos de lazer e entretenimento. Nesse pacote de jogos de lazer e entretenimento, nós temos *slot machine*, cassinos, bingos e *games*. Esse é o pacote para o qual nós buscamos alcançar a regulamentação.

Dizer que o jogo no Brasil é proibido é meia verdade. O jogo que o Estado pode praticar é autorizado. O que não é autorizado é o jogo que a iniciativa privada em todo o mundo pratica. São os que eu citei.

Sobre proibição, nós temos alguns aprendizados muito interessantes. A atividade de jogo é inerente à natureza da sociedade ocidental. O jogo, a aposta faz parte da nossa história e do nosso sentido de viver em sociedade: o empresário não está fazendo mais do que uma aposta quando aumenta o estoque que vai comprar no final do ano; o empresário está fazendo uma aposta quando decide ampliar seu quadro de funcionários ou sua fábrica. Então, a natureza do jogo e da aposta é inerente à sociedade ocidental.

Ficou provado, em experiência nos Estados Unidos, que, quando um governo decide proibir algo que a sociedade não condena, cria um conflito muito sério de ser administrado. Essa experiência ficou muito patente com a Lei Seca dos Estados Unidos. No dia em que decidiram proibir os irlandeses de beber, o que o Governo americano conseguiu? O momento de maior criminalidade na vida daquela nação. De pronto, os fornecedores se apresentaram para trazer, importar, contrabandear o produto do Canadá; o dono do bar tinha que ter uma bebidinha escondida para seu



cliente — tornava-se um criminoso a partir desse gesto —; o dono da plantação de milho decidiu fazer um uisquezinho no fundo da propriedade, que também se tornava muito rentável. O que tivemos? As gangues de Chicago, as gangues de Nova York, os Al Capones da vida atuando de forma muito forte na sociedade americana e criando todo o transtorno que os levou a perceber que era da natureza daquele povo, numa terra fria como aquela, o uso de bebida mais calórica.

Do mesmo jeito, nós podemos entender esta proibição do jogo no Brasil. O proibido jogo do bicho vai muito bem há 120 anos. Então, essa situação de proibição de um fato com que a sociedade não está de acordo traz uma série de transtornos. O que ela produz? Ela produz descaminho, ela produz lavagem de dinheiro, ela produz corrupção, ela produz sonegação e ela produz violência. Isso é o produto que a sociedade brasileira obtém pelo fato de a legislação não reconhecer algo que já deveria ter sido tratado em legislação.

Então, dentro desse contexto, nós temos opiniões de pessoas que têm a preocupação específica de lidar com esse assunto. Eu cito aqui, por exemplo, Capitão Pimentel, especialista e comentarista em segurança pública do *Bom Dia Brasil*: *“Só é crime organizado porque é ilegal. Se o Estado estivesse controlando essas atividades, certamente os bingos e caça-níqueis não seriam casos de polícia”*. De acordo com José Mariano Beltrame, Secretário de Segurança do Rio de Janeiro: *“O Estado teria que se adaptar para formalizar a atividade, impondo obrigações e definindo direitos a todos os envolvidos”*, o que foi amplamente discorrido por Magnho. Ignacio Cano, sociólogo especialista em segurança pública e Coordenador do Laboratório de Análise da Violência da UERJ, afirma: *“Tem que descriminalizar, regulamentar e fiscalizar. A violência que se provoca criminalizando o jogo de azar é muito grande”*.

Não vou entrar no mérito, digamos, o histórico no tempo, porque foi bem apresentado, bem defendido pelos dois palestrantes que me antecederam. Mas a verdade é que nós temos uma legislação com 40 anos de atraso que não trata dos aspectos que o jogo pode trazer. E o jogo pode trazer muitos benefícios.

Nós temos cidades e países que têm um desempenho vindo da regulamentação do jogo muito interessante; nós temos cidades importantes trazendo recursos de turismo, de receita e de arrecadação para seus países. Podemos citar



algumas notórias: Atlantic City, Nevada, Macau. Na Europa, grandes cassinos sustentam principados como o de Mônaco.

Na América Latina, no Uruguai notadamente, nós temos cidades voltadas para a exploração da atividade de jogos com a clientela brasileira. No Conrad Punta del Este, 76% dos frequentadores do cassino são brasileiros. Um número muito interessante: quase 60% do público que frequenta Las Vegas, tirado o público interno, é brasileiro e mexicano. Quer dizer, nós brasileiros e mexicanos, que somos anões no sentido de turismo — nossa conta da balança de turismo é assustadoramente deficitária —, somos exportadores de turistas, porque não reunimos no Brasil uma política integrada, na qual o turista tenha o que fazer durante o dia e encontre algo de lazer à noite que não sejam apenas restaurantes, que, diga-se de passagem, são muito bons.

As destinações de recursos de jogos são mais ou menos harmônicas no mundo. Em quase todo o mundo, a atividade, o recurso do jogo é aplicado em esporte, cultura, educação, saúde, ação social, artes, ciências, pesquisas, hospitais, deficientes físicos e bem-estar da criança. Isso são coisas de Alemanha, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, Inglaterra, Irlanda, México, Noruega, Portugal.

Essa proibição de jogarmos no Brasil é, antes de mais nada, burra, porque nada podemos fazer com os jogos que entram pela Internet — os *e-games*. Navios vêm às costas brasileiras e têm como ponto alto de atração da venda dos seus pacotes os cassinos. Todos os países da América Latina colocam um cassino na fronteira com o Brasil — às vezes mais de um — para explorar o jogador brasileiro, o que nós poderíamos fazer aqui, gerando empregos e recursos.

Um dos argumentos que tivemos que enfrentar em determinados momentos quando buscávamos a legalização da atividade... Veja, eu estou focando o assunto mais para o bingo, porque o jogo como atividade mais ampla, mais geral, foi bem defendido pelos palestrantes que me antecederam. Então, eu vou focar naquilo que eu tratei, digamos, mais diretamente no período em que estive autorizado: o bingo.

A atividade de jogos quase toda ocorre num ambiente eletrônico. Não é como um supermercado, que pode faturar — registrar ou não uma venda. O jogo acontece normalmente num ambiente eletrônico, dentro de um computador, para que sua própria apuração ocorra com o aspecto presencial dos jogadores, porque o jogador



ou está na frente da *slot machine* ou dentro do salão, olhando. É impossível fazer acontecer uma partida sem que todos os apostadores estejam ali, pois eles são os próprios fiscais. Se ele comprou uma cartela, vai dizer: “*Cadê minha cartela? A número 1.125 não está em jogo*”. Então, no jogo, não há possibilidade de sonegar no momento da sua execução.

Se o ambiente é eletrônico e todo esse ambiente, para gerar controles da própria casa, tem que fluir para um computador, hoje seria facilmente lincável esse sistema. Existem em todos os países que autorizam o jogo empresas especializadas em fornecer sistemas e empresas especializadas em fornecer certificação para isso. Quer dizer, o jogo, acontecendo numa sala, pode ser automaticamente transmitido para um sistema de computação, que, por sua vez, pode estar ligado onde o Governo decidir — Receita Federal, Conselho de Controle de Atividades Financeiras — COAF, Ministério da Fazenda.

Portanto, alegar que a autorização do jogo depende de validação de sistemas de controles é exagero. A Caixa Econômica já controla quase 12 mil pontos de apostas. Quer dizer, controlar mais 500, 600, 1.200 casas de bingo — que seria o potencial brasileiro — não representa nenhum esforço significativo.

Um aspecto que foi com frequência alegado é que o jogo criaria vícios, geraria pessoas dependentes do jogo. O que nós temos hoje é a ludopatia, uma fragilidade do ser humano, que está presente em todos os países em até 3% da população, independentemente de haver ou não jogo autorizado. Não se pode dizer que isso cresce ou diminui em função de autorização de jogo. Onde tem jogo, ele pode aparecer, mas essa dificuldade, essa fragilidade de lidar com sua vontade, que é da natureza do ludopata, ele tem. Ele não vai lidar bem com seu cartão de crédito, com seu regime, com guloseimas. Quer dizer, ele é um cidadão com dificuldade intrínseca a sua própria existência de lidar com sua vontade. Então, o jogo não produz ludopatas.

Vou finalizar. O aspecto do emprego já foi efetivamente levantado. Na área do bingo, nós teríamos em torno de 250 mil empregos apenas no seguimento. Na área de impostos, eu já estava feliz com a geração de 9 bilhões com a autorização dos jogos, e o Magnho, ampliando, digamos, as modalidades regulamentáveis, já apresenta o valor de 15 bilhões. Eu só queria fazer uma colocação: Magnho, não



são 9 ou 15 bilhões que vão atrair máfias, são muito mais. Nove ou 15 bilhões são o que nós passaríamos, em tributos, para o Governo. Quer dizer, ainda há todo o recurso da operação. Esse mercado, para ser explorado por máfias, é muito maior do que os 15 bilhões que coloca. Quase pode dobrar esse número. Então, ou se regulamenta ou se cria uma cultura extremamente interessante para trazer operadores dispostos a enfrentar o arrepio da lei e daquilo que está proibido.

Eu agradeço muito a atenção a todos, especialmente ao Deputado Siraque.

Desculpem a apresentação não ter tido, digamos, o grau informativo que eu desejava, mas a atenção dos senhores compensou isso. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Siraque) - Obrigado, Olavo.

O SR. OLAVO SALES SILVEIRA - Obrigado

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Siraque) - Agora eu vou passar a palavra ao Deputado Jânio Natal, do PRP da Bahia, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO JÂNIO NATAL - Sr. Presidente, nobre Deputado Vanderlei Siraque, inicialmente, eu quero parabenizá-lo por trazer para esta Casa debate tão rico e importante para o nosso País.

Devo dizer a vocês que estou surpreso com as explicações aqui feitas por Magnho, Daniel, Toninho e Olavo. Digo até que é um absurdo, que é lamentável nós estarmos agindo há mais de 46 anos através de decreto. Decreto, para mim, é ditadura, não é democracia, a partir do momento em que, há 47 anos, nós estamos com uma “lei” — entre aspas —, sem qualquer discussão com a nossa sociedade, sem qualquer audiência pública para que pudéssemos avaliar se é certa ou errada.

Às vezes, eu fico pensando comigo mesmo: será que isso é certo? Aí, alguns dizem: *“Não, o jogo do bicho, o bingo, seja lá do que for tem corrupção, tem vícios, tem isto, aquilo outro.”* Será que a corrupção... O certo é tirar dinheiro do brasileiro através da corrupção que nós estamos vendo em todo o nosso País? Será que o certo é isso? Será que é certa uma lei, que estão querendo colocar, para criminalizar o jogo do bicho, punir aqueles que estão gerando emprego e, automática e consequentemente, gerando renda para o nosso País, como foi dito aqui por Magnho? São mais de 350 mil empregos diretos, fora os indiretos. Haveria uma arrecadação de impostos de mais de 10 bilhões. Será que o certo são os nossos



governos, seja ele de qual partido for, dirigir, através de decreto, as lotéricas? Esses são os certos e os outros são os errados?

O *payout*, vou dar um exemplo prático — como foi dito por Magnho —, do jogo do bicho é de 60% e o das lotéricas é de 30%, 33%. Aí, eu pergunto: será que esses 67% que — entre aspas — “seriam para as ações sociais, para a saúde do povo brasileiro, para os times de futebol ou para os esportes do nosso País”... Onde estão essas prestações de contas? Isso sim, Deputado Siraque, é errado.

Isso é igual à CPMF, que nós pagávamos. Dizia-se: “*O povo brasileiro está pagando CPMF, mas vai para a saúde*”. Ora, que saúde nós temos até hoje? Zero. Por que não, gente, discutirmos, aprovarmos este tema de grande importância, de geração de emprego para o nosso País, para que nós possamos sonhar em dar melhor saúde para o nosso povo, para que nós possamos colocar vários atletas que ficam nas portas dos gabinetes dos políticos mendigando, Deputado Vanderlei Siraque, uma ajuda para viajar, através do vôlei, do basquete, do judô, do caratê, da capoeira? Poxa!

Eu quero dizer ao Deputado Vanderlei Siraque e a todos que eu sou totalmente a favor do jogo. Enquanto eu estiver nesta Casa, enquanto eu estiver vivo, onde eu estiver, eu o estarei defendendo, de cabeça erguida, porque eu sei que é bom para o Brasil e para o nosso povo.

Toninho disse aqui bem claramente: “*Gente, nós estamos querendo pagar impostos; nós estamos querendo regularizar o que dizem que é errado*”. Poxa! E o Governo quer coibir, quer proibir, quer nos penalizar estabelecendo a lei de criminalização do jogo.

Deputado Vanderlei, se eu fosse eleitor de São Paulo, tenha certeza, V.Exa. teria meu voto e meu apoio total porque está trazendo tema de grande importância. Nós estamos vendo gastarem 15 bilhões com estádios — 15 bilhões nossos para construir estádios! — em lugares que não vou citar em respeito aos Estados onde nem time, nem equipe de futebol existe.

Ontem, conversando com alguns amigos, nos perguntamos: o que serão desses estádios depois da Copa do Mundo? Mais um elefante branco no nosso País. Diversos bilhões gastos não digo sem necessidade, mas deveria ter prudência, enquanto a saúde do nosso povo... Vamos nós para as portas dos hospitais solicitar



vaga na UTI; vamos nós solicitar exames — tomografia computadorizada, ressonância magnética e outros! São 6, 8, 10 meses.

Deputado, parabéns! É uma pena que meu tempo seja curto, mas eu quero parabenizar Magnho José, Daniel Carvalho, Toninho Boiadeiro, Olavo Silveira e V.Exa. principalmente. Parabéns! Meus amigos de São Paulo vão votar em V.Exa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Siraque) - Obrigado, Deputado Jânio Natal. Na Bahia há reciprocidade.

Conseguiu preparar o CD? (*Pausa.*) Ponha a música do Dr. Franco. É rápido. É um *rapper*. Está relacionado ao tema. Rápido, senão o povo vai embora. A gente já não almoça mesmo!

(*Exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Siraque) - Parabéns ao MC Macarrão. (*Palmas.*)

(Não identificado) - O MC Macarrão é lá do Rio de Janeiro, era apontador do jogo do bicho, agora é um *rapper* de sucesso na cidade, e lançou essa música, que tem muitos *views* no Youtube.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Siraque) - Eu queria agradecer, primeiro, à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, aos seus funcionários — já passou do horário do almoço —, ao nosso Presidente, Deputado Hugo Motta, e aos demais membros — Pieri é nosso Secretário — que aprovaram a realização desta audiência pública. Esta não seria a Comissão mais adequada. Ela fiscaliza as contas do Governo. Quem acompanhou a reunião da Comissão... Mas, indiretamente, o tema está relacionado.

Quero agradecer aqui a presença aos Deputados Jânio Natal, da Bahia, Edson Santos, Stepan Nercessian, que foi vítima — quase foi cassado porque recebeu patrocínio cultural para uma... Ele é artista no Rio de Janeiro, ator, inclusive da Rede Globo, e quase foi cassado porque recebeu patrocínio artístico. Teve que se explicar bastante, inclusive na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

O Deputado Edinho Bez também passou por aqui, e outros. O Deputado Arnaldo Faria de Sá, de São Paulo, chegou. Ele é um dos grandes defensores também da legalização. Quer dar uma palavra, Deputado? Nós estamos encerrando.



(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Siraque) - Aqui na Câmara é difícil a gente encontrar espaço. Eu mesmo estava participando de duas Comissões ao mesmo tempo, porque faço parte da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e do lado temos a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, da qual também sou membro. Então, as coisas acontecem ao mesmo tempo e os Deputados têm dificuldade de participar.

Talvez nós tenhamos que fazer uma audiência, aproveitando aqui os Deputados, uma Comissão Geral para discutir o assunto, porque, aí, é para a Casa, porque tem que ser no plenário e se torna o assunto principal da Ordem do Dia.

Outra questão. Eu encontrei Deputados colegas que são favoráveis, Deputado Arnaldo, Deputado Natal, que disseram: *“Mas é meio perigoso você estar se envolvendo nisso aí!”* Eu me lembro de quando eu fui discutir a questão do setor químico, petroquímico e plástico, no dia em que fui defender o plástico não contra o supermercado, mas a favor dos consumidores do supermercado, chegaram alguns ambientalistas e disseram *“Mas isso é um absurdo, tem que acabar com o plástico mesmo!”*

Aí eu contratei um professor da Universidade do Rio de Janeiro, Magnho. Ele mostrou uma foto da Lagoa Rodrigo de Freitas cheia de peixes mortos, porque havia uma discussão se o plástico era orgânico ou não era orgânico. Ele disse: *“Olha, se os produtos não fossem orgânicos, os peixes não teriam morrido, se estivesse cheio de plástico. Agora, como estava cheio de produtos que são degradáveis, os peixes morreram”*. Então, nós conseguimos inclusive fazer um belo debate, por exemplo, na Comissão de Meio Ambiente desta Casa. Nós ganhamos o debate. Hoje, aqui na Casa, não há mais preconceito em relação ao plástico.

Então, nós estamos neste debate com pesquisadores, como Magnho, Daniel Carvalho, Toninho Boiadeiro, que é criador de boi lá em Ribeirão dos Índios, onde inclusive já estive, Olavo, que é Presidente e também empresário do setor, enfim, com pessoas que conhecem o assunto.

Agora, evidentemente — eu estou escrevendo um artigo —, eu conversei muito também com o Luiz Carlos Prestes Filho, que é filho do lendário Luiz Carlos Prestes, que é um pesquisador na área. Agora, inclusive, estamos torcendo pela sua



recuperação o mais breve possível. Ele veio aqui a primeira vez... O Toninho já vem falando comigo há alguns anos — não é, Toninho? —, já morou lá em Santo André, agora está no interior, já vem falando, a gente...

Eu não faço nada antes de estudar o assunto, conversar com pessoas, porque, de fato, é polêmico. Mas eu quero dizer que há coisas na vida que não adianta proibir. Às vezes, as pessoas me acham até meio grosseiro, mas a gente não pode proibir, por exemplo, como eu tenho dito, as pessoas de fazer sexo. Não tem como. Nós temos filhos, filhas, não podemos dizer: *“Você está proibida de fazer sexo!”* Agora, nós podemos orientar as pessoas: *“Quem faz sexo, pode ficar grávida, pode pegar uma doença sexualmente transmissível”*. Agora, nós não podemos proibi-las. Não temos como proibir as pessoas de beber, mas elas têm que saber que, se beber e for dirigir, pode haver uma consequência, podem se matar e matar terceiros. Nós não podemos proibir as pessoas de tabagismo. Sabemos que o tabaco pode fazer mal, mas é uma realidade que precisa ser regulamentada. Por exemplo, nós fizemos leis em São Paulo, inclusive quando era Deputado Estadual, uma proposta polêmica do Governador na época: *“Não pode mais fumar em lugares fechados”*. Acabou pegando. As pessoas não deixaram de fumar, mas elas têm que respeitar quem está do lado.

Então, faz parte do livre arbítrio das pessoas, são dados da realidade. Nós estamos aqui com juristas, com pessoas... O Direito não proíbe. O máximo que ele pode fazer é punir, tentar punir as pessoas, mas ele não consegue proibir. Quem proíbe são as questões morais. Agora, o Direito pode regulamentar as realidades existentes, por exemplo, o jogo do bicho é uma realidade nacional, faz parte da cultura nacional; o bingo faz parte da cultura inclusive das igrejas, até para arrecadação de fundo. Às vezes, em algumas paróquias, como falou de uma maravilhosa a de *Saint Patrick*, na Irlanda, mas nós temos as nossas, nos nossos bairros mais humildes, onde às vezes os padres acabam fazendo os seus bingos. Na cidade de São Jorge, não é Nivaldo?

O SR. DEPUTADO HUGO MOTTA - Hoje é Dia de São Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Siraque) - Dia de São Jorge hoje, não é?

O SR. DEPUTADO HUGO MOTTA - Salve, Jorge!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Siraque) - Os corintianos estão em festa hoje. Então, eles fazem isso. Agora, não é que nós não podemos, nós não temos como proibir a realidade, aquilo que faz parte da intimidade das pessoas. Agora, nós podemos regulamentar, nós tentamos criar um marco regulatório, é isso que estamos tentando fazer.

Já se falou aqui da Lei Seca. O que aconteceu com a Lei Seca? Criou o Al Capone, mas não é a questão do Al Capone, não é a questão do crime organizado, é a questão da quantidade de pessoas que morreram assassinadas, as disputas entre grupos, e assim por diante.

Então, eu discuto muito a área da segurança pública. No meu viés, eu nem coloco se o jogo é bom — eu tenho falado com o Toninho — ou se o jogo é ruim. Eu não vou discutir se bebida é bom ou se bebida é ruim; se o tabagismo é bom ou ruim; se as casas de prostituição são boas ou são ruins.

O que eu observei durante esse tempo todo de pesquisa, inclusive na área jurídica, doutor — fiz curso, mestrado e doutorado, na área da segurança pública —, é que a proibição tem sido ruim para a área da segurança pública.

Todos nós somos vulneráveis, o ser humano é vulnerável. Na verdade, eu tenho observado que a gente acaba levando pessoas da polícia, não vamos falar da parte ruim, dos corruptos, vamos falar da parte honesta, dos bons que têm que cumprir a lei, que vão lá fechar determinados jogos etc. Eles vão cumprir a lei, eles têm obrigação de cumprir a lei, mas estão deixando de ir atrás de bandidos que estão matando, que estão roubando, que estão atingindo a vida das pessoas e o patrimônio das pessoas. Então, nós já liberaríamos um efetivo.

Vamos pegar a banda podre. O Estado não cobra imposto, aí vai a banda podre, alguns tentam ser o dono: *“Ah, para que eu ficar dono se eu posso pegar o dinheiro do dono?”* E, aí, acaba criando um sistema de corrupção, acaba gerando inclusive mortes, acaba gerando problemas com a política, colegas, às vezes, acabam tendo problemas. Por que não legalizar? Eu não vejo nenhum problema em legalizar, sinceramente.

A pessoa pode gostar ou não gostar, mas é uma realidade que nós temos...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - V.Exa. me permite um aparte?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Siraque) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A gente tem que mudar esse termo legalizar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Siraque) - Regulamentar. Legalizar é um termo ruim, é criar um marco legal.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É regulamentar, e não legalizar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Siraque) - Exatamente.

Então, nós temos que criar um marco regulatório nesta Casa e fazer o debate. Agora, tem diversos projetos tramitando. A ideia inicial da audiência pública, principalmente durante o período eleitoral, não é a gente fazer nenhuma votação de projeto de forma açodada, porque estão discutindo isso há anos aqui na Casa.

O ideal mesmo seria que partisse do Poder Executivo, mas é a formação de uma cultura na Casa, na população, de que é bom regulamentar algo já existente na sociedade. Inclusive, fazer debates nas Assembleias Legislativas — podemos fazer lá na Bahia, lá em São Paulo, lá no Rio de Janeiro e em outros locais para criar uma cultura de que isso não é pecado.

Embora os impostos internacionais sejam chamados de *sin taxes*, imposto do pecado, que é sobre a bebida, sobre os jogos, tabaco, etc. Evidentemente, não se vai pagar imposto como se paga sobre alimentos. Mas que haja um imposto que seja justo, que seja correto, que seja discutido com a sociedade. Nós estamos tentando levar essa mentalidade, Deputado Natal, para a Casa.

É muito importante a forma inclusive como vocês vão abordar os Deputados desta Casa. Já esteve para ser regulamentada pelo menos uma parte e, às vezes, a maneira como foi debatida na Casa talvez não tenha sido a mais adequada, porque, queira ou não queira, existem disputas de grupos e é necessário ter muito cuidado.

Eu trabalho muito com a cadeia produtiva do setor químico, petroquímico e plásticos. Já existem setores que estão me criticando. O que eu mais defendia era o plástico: “Ah, você só está defendendo o petroquímico, o plástico já está ficando de lado!” Já fica essa preocupação.

A minha ideia é a de que tudo seja discutido, desde o jogo do bicho, bingos, jogos eletrônicos, até a cadeia produtiva — não foi citado esse tema. Desde quem



fabrica a máquina, quem vai gerar emprego, quem vai ajudar a desenvolver o setor de informática nacional, e vai servir para outras questões também, desde a ideia talvez de discutir o imposto. Nós não podemos só falar da União. Uma espécie de imposto único, da arrecadação única do tributo. Para quem fica? Uma parte para o Município, onde instalada a casa, uma parte para o Estado, onde está instalado o jogo e uma parte para a União. E, a meu ver, deveria ir tudo para a saúde. Tudo para o Fundo de Saúde Municipal, Estadual e Federal.

Eu acho que é melhor, porque vão começar a discutir a segurança. É igual ao petróleo. Os *royalties* do petróleo viraram a salvação da Pátria. E aí nós descobrimos que só vai começar a gerar lucro daqui a 5 anos. Nós colocamos 25% para a saúde e 75% para educação. Eu defendo que, no caso, deveria ser 100% para a área da educação, mas o importante é que nós temos que encontrar o caminho.

E se não gerar imposto nenhum, também seria importante, porque vai gerar emprego. Vai gerar emprego para as artes circenses, para os cantores, para os pirotécnicos, para os restaurantes. Eu penso algo maior. Eu já fui a alguns lugares e talvez o menos importante fosse até o jogo em si. Particularmente, eu prefiro sentar a uma mesa, tomar uma cervejinha, comer uma porçãozinha de alguma coisa, assistir a algum *show*.

Então, é importante que possa haver uma transversalidade com as diversas questões. Nós poderíamos empregar a maioria dos artistas no Brasil que não conseguem estar na televisão, que não conseguem estar em outros palcos, poderia ser uma maneira de ser também empregados, de gerar renda.

Vocês estão de parabéns! Queria agradecê-los imensamente, mas de todos vocês, eu queria agradecer aqui ao Toninho boiadeiro, que pelo menos me convenceu de que a regulamentação é boa, é importante e ela vai ajudar a afastar os empresários, os trabalhadores, vai ajudar a melhorar o nosso País. Isso que é importante.

Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO JÂNIO NATAL - Deputado, eu quero mais uma vez me colocar à disposição para que nós ampliemos este debate.



O Deputado Arnaldo Faria de Sá é um Deputado carismático e competentíssimo nesta Casa. Por isso eu fiquei feliz em saber que ele é um dos defensores dessa questão.

Eu tenho certeza absoluta de que — eu, V.Exa., o Arnaldo, e tantos outros — se nós procurarmos, um a um, engrossar essa fileira, sairemos vitoriosos, não sei se daqui a 6 meses, a 1 ou 2 anos. Desde já, estou me colocando à sua disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Siraque) - Muito bem.

Quero anunciar aqui também a presença do Rogers Garcia, que é Presidente da Federação Brasileira de Poker. Esse é o jogo da mente, da mentalidade, das habilidades. Queria agradecer a Cícero, Vereador de Santo Anastácio, do sistema penitenciário. Quem sabe haveria menos gente lá, mais gente empregada, trabalhando na cidade de São Paulo, e ao Secretário-Geral do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado de São Paulo.

Por fim, eu vou propor que comecemos a recolher assinaturas da Frente Parlamentar em Defesa do Jogo Legal. A partir desta semana, a gente já vai começar a fazer isso.

Muito obrigado.

Que Deus nos abençoe e que Deus nos ilumine! (*Palmas.*)